



O Clamor pela Conscientização: educação e movimentos sociais em ebulição nos anos 60

Bruno Botelho Costa*

1. Experiências e contexto da pedagogia de Paulo Freire

Nos últimos 40 anos, Paulo Freire tornou-se um nome mundialmente conhecido em Educação. Não foi, contudo, até a publicação de *Pedagogia do Oprimido* na década de 1970 que suas ideias espelharam-se pelo globo. Antes disso, no início da década de 1960, o seu trabalho no Brasil teve uma recepção ambígua pelas autoridades da época. Sua perspectiva de educação causou tanto curiosidade quanto repreensão. Não haveria de ser de outra maneira. As ideias defendidas e aplicadas por Freire foram um divisor de águas no cenário da educação do país e, em contrapartida, a propensão que elas alcançaram no debate a nível nacional marcou seu nome e o que conhecemos de seu trabalho.

Mas, pouco se conhece como começou este trabalho e quem nele diretamente se envolveu além do próprio Paulo Freire. O esforço por empreender uma educação *popular* não foi exclusivo dele, tampouco começou com ele. Começou nos *movimentos de cultura popular* (BRANDÃO, 1985), iniciativas de diferentes legados políticos e filosóficos que, à luz da particular fusão doutrinária entre marxismo e catolicismo progressista que propiciaram os movimentos vinculados ou próximos à Ação Católica, avivaram a conscientização do povo tanto como preceito educacional, quanto como plataforma política (DE KADT, 2003).

Assim como a conscientização, a cultura popular não constituía um campo de incursões pedagógicas exclusivas de Paulo Freire, nem tampouco os vínculos entre uma e outra foram explorados apenas por ele. Segundo Brandão (1985), os movimentos *Ação Popular*, *Centro Popular de Cultura*, *Movimentos de Cultura Popular*, *Movimento de Educação de Base*, *a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, formam os exemplos principais dos "grupos que imaginaram ser, juntos, *movimentos de cultura popular*" e que, apesar de breves, tiveram "uma existência (...) intensa e criadora como poucas" (1985, p. 15). Apesar das particularidades e diferenças de abordagem entre movimento de origens por vezes distintas, todos tinham um objetivo comum: transformar, na prática educativa, a cultura do povo, alienada e acrítica, em cultura popular, politizada, conscientizada (1985, p. 15).

Para tanto, diz Brandão, compreendia-se ser necessário reinventar as possibilidades do trabalho popular (1985, p. 19), combatendo o viés assistencial e politicamente neutro que lhes confere o Estado e as autoridades diretamente envolvidas, para potencializar a mobilização política da população marginalizada e “desassistida” de direitos fundamentais. A alternativa estava em mostrar, através de intervenções culturais diversas, como que, conhecendo aquilo que o homem faz do meio em que vive, tanto individualmente quanto coletivamente, é possível entender sua dimensão histórica e de conscientemente transformar a realidade, como pode-se ver neste trecho de um documento interno da *Ação Popular*:

“Se consciente, o homem surge num mundo de cultura. Nele vive e é condicionado por diversos tipos específicos de relação com a natureza (trabalho) e de relação com a comunidade (organização social). É inserido nestes condicionamentos que o homem encontra, inclusive, a possibilidade de criticá-los

e transcendê-los. Assim, a consciência é histórica” (*Ação Popular*. 1963/1979, p. 132. In: BRANDÃO, 1985, p. 23)

Esses movimentos viam a cultura como tema em disputa, numa disputa de natureza claramente política. Nisto, não procuravam retratá-la “em si”, apartada das contradições sociais que a constituem. Defendiam que a cultura, enquanto produto das relações históricas desiguais e opostas, encontrava-se numa encruzilhada. Por um lado, seu caráter universal, identificada com o gênero humano por ser essencialmente criação humana, permanecia possível de ser encontrado. A cultura persistia sendo fator de identificação dos homens enquanto sujeitos históricos. Mas por outro lado, por força das contradições sociais que alienam da maioria das pessoas as condições de perceber a própria condição histórica, a cultura também resultara numa visão inautêntica, alienada do real.

O trabalho de “*Cultura Popular*”, assim designado pela *Ação Popular* (1963, p.02. In: BRANDÃO, 1985, p. 31), se dedicou a explicitar essas contradições a partir da pró-

pria cultura dos educandos, a fim de iniciar o processo de conscientização de sua realidade e potencialidade históricas. Procurou-se problematizar as representações que os mesmos tinham das figuras sociais que relatavam como parte de suas vidas explorando os papéis que tais figuras desempenhavam. Assim, da realidade vivida construía própria consciência crítica. Ainda que termos como a própria “cultura popular” e a “conscientização” eram novos para o vocabulário daquelas pessoas, o significado que conceitualmente passaram a ter não era, de todo, novo. Muito do que se discutia estava presente e enraizado na vivência popular. O que era novo era, de fato, a compreensão de que, a partir dessa experiência de diálogo, elas pudessem aprender e fazer o que antes só – e a tanto tempo – o patrão podia fazer, das próprias letras e palavras à organização e condução de instituições sindicais, associações de moradores, movimentos urbanos, etc. (DE KADT, 2003; GÓES, 1980).

Paulo Freire, por sua vez, começou o seu trabalho como educador trabalhando no Serviço Social da Indústria (SESI), no final dos anos de 1950. Desempenhou a função de coordenador, responsável por mediar relações entre pais e filhos no que tangia o acompanhamento destes pela instituição. Lá percebeu que os problemas entre pais e filhos na difícil tarefa de compreender o processo de aprendizagem extrapolava a dimensão simples transmissão/aquisição de conhecimentos. Para que a educação de fato pudesse ocorrer, era necessário que pais e filhos participassem ativamente da escola. Algumas leituras, como Karl Mannheim (1973), Zevedei Barbu (1998) e Álvaro Vieira Pinto (1956), lhe deram um poderoso arsenal de discussão, que o habilitou a questio-





nar o papel do educando na construção do conhecimento. Suas reflexões não se fecharam em torno do aluno enquanto indivíduo. Ao contrário, o levaram a pensar a comunidade.

A fim de subverter o processo educacional tradicional, Freire concluiu, é necessário que ambos, educador e educando, desenvolvam um pensamento crítico sobre a realidade na qual se encontram. Em *Educação e atualidade brasileira*, ele analisa a "inexperiência democrática" do Brasil, resultado de séculos de relações sociais que puseram à margem das decisões políticas a maioria da população. O nível de consciência do homem simples brasileiro, acrítica e ingênua, era reflexo desta condição, com efeitos para a sociedade e para a pessoa: de um lado, reforçava a exclusão social, de outro, o "ajustamento" individual ao sistema (FREIRE, 2001).

Para combater esta condição social, era necessário que, a partir dos problemas que vivenciava, o homem do povo chegasse a novas conclusões sobre o mundo e se enxergasse enquanto sujeito de sua transformação. Os problemas analisados por Freire formam um conjunto de questões suscitadas pelo debate educacional alternativo e progressista da época, que explicitava a ausência de participação direta do povo nas decisões políticas e que, na perspectiva de Freire, só seriam solucionados com uma transformação radical do que se conhecia por educação (FREIRE, 1975).

É importante destacar que, nes-

te sentido, Freire não simplesmente reitera a aposta na educação que desde a década de 1930 se fez presente no discurso político das autoridades nacionais, mas critica a partir de suas raízes. A educação que ele propõe é um combate à dominação, ao invés de um reforço desta lógica. Por esta razão, tão logo enveredou por esta seara, os métodos tradicionais de ensino lhe pareceram insuficiente para que a educação se fizesse instrumento da transformação que ele desejava alcançar. Freire encontrou na "conscientização", termo que conheceu dos textos de intelectuais ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), como Álvaro Vieira Pinto e Alberto Guerreiro Ramos (FREIRE, 2003), algo que expressasse sua busca, na lógica de que a formação das consciências não está aprendida dos problemas que enfrenta no mundo, e que só engajando-se na luta por responder a esses problemas ela pode ressignificar sua condição "no mundo e com o mundo" (FREIRE, 1975, p. 32)

2. Conscientização e os movimentos de cultura popular

A problemática da conscientização não foi pensada e elaborada por Freire. Ela se fez presente entre diversos movimentos sociais da época, que genericamente ganharam no nome de "movimentos de cultura popular" (ASSUMPÇÃO & BRANDÃO, 2001). Apesar das diferenças entre si, em termos gerais esses movimen-

tos defendiam que a questão da cultura popular seria capaz de unificar os esforços do povo por terem atendidas suas necessidades, aproveitando o momento histórico que o país vivia para democratizar a ação política, em esfera local e nacional. Cultura popular era vista como a autêntica cultura nacional, comprometida com o mundo da vida dos responsáveis pela sustentação do país, coisa ausente na cultura das elites, vendidas aos interesses imperialistas. (DE KADT, 2003, p. 116)

Com os movimentos de cultura popular, a proposta de "conscientização" foi reinterpretada à luz das fontes progressistas, em sua maioria de intelectuais católicos de esquerda, como Pe. Henrique de Lima Vaz e Pe. Almeri (DE KADT, 2003), e recebeu uma expressão de esquerda. A mobilização política passou a ser vista como necessária consequência da *prise de conscience* nascida da autodeterminação do povo em colocar-se como sujeito e não como objeto da história, fruto este, por vez, do atentamento à relação dialética entre o mundo que os explora e o mundo (da vida) que eles empoderam e detêm. Freire - e não só ele - via nessa relação um conhecimento empírico e esforçava-se por criar ferramentas metodológicas (a exemplificação de situações-limite, por exemplo) para

Sociedade Civil O Movimento De Cultura Popular: Escolas

REUNIAO DO MCF
A Prefeitura realizou, sábado, às 19 horas, importante reunião do Movimento de Cultura Popular, no salão de que se trata, para discutir a organização da entidade. Estão presentes os dirigentes: Carlos de Oliveira, presidente; José de Souza, secretário; e outros membros. O encontro teve como objetivo discutir a organização da entidade e a realização de trabalhos em prol da comunidade. O encontro terminou às 22 horas em clima de harmonia e satisfação.

NO RECIFE, A DIDA CULTURAL POLONESA
O professor de Física, Carlos de Souza, em Recife, realizou, sábado, às 19 horas, importante reunião com o grupo de trabalho da Sociedade Civil de Cultura Popular. O encontro teve como objetivo discutir a organização da entidade e a realização de trabalhos em prol da comunidade. O encontro terminou às 22 horas em clima de harmonia e satisfação.

NOVO DIRETOR DO PARQUE DE AERONAUTICA DO RECIFE TOMARA POSSE A TARDE
O novo diretor do Parque de Aeronautica do Recife, o Sr. José de Souza, tomou posse, sábado, às 17 horas, no cargo. O Sr. Souza foi recebido pelo Sr. Carlos de Oliveira, presidente do Conselho de Administração do Parque. O Sr. Souza prometeu trabalhar para a melhoria do Parque e para a satisfação dos visitantes.

SERVIÇO DE SAÚDE NA S. MARIA
O Serviço de Saúde da S. Maria, em Recife, realizou, sábado, às 19 horas, importante reunião com o grupo de trabalho da Sociedade Civil de Cultura Popular. O encontro teve como objetivo discutir a organização da entidade e a realização de trabalhos em prol da comunidade. O encontro terminou às 22 horas em clima de harmonia e satisfação.

a partir daí dar início a um processo pedagógico e forjar dessa experiência uma proposta de educação. Neste sentido, Freire foi um teórico que comprometeu-se em sistematizar e elaborar em cima do que muitos outros educadores desses já estavam fazendo. Em contrapartida, diferentemente de outros teóricos advindos do filão universitário, seu processo de teorização se deu concomitantemente com o exercício prático da função de colaborador no contexto dos círculos de cultura¹.

Tal elemento da teoria educacional freiriana é crucial para se compreender a dimensão que a conscientização assumiu neste contexto. Além de Freire não ser o autor do termo, a conceituação propriamente dita tampouco se deu exclusivamente por ele. Segundo Favero (1983, 2006), a conscientização aparece constantemente em documentos dos movimentos de cultura popular com as quais Freire direta ou indiretamente trabalhou, muitas vezes sem lhe fazer qualquer referência e de maneira a claramente expor interpretações particulares desse conceito, voltadas às questões mais próximas aos grupos.

Ao investigar este material, pode-se perceber os significados e as tônicas específicas dos movimentos que vieram à tona. O desenvolvimento da consciência ganhou substância

política. Os termos “Conscientização” e “politização” aparecem intercambiados, dando a entender que eram vistos como sinônimos de um mesmo processo de formação. Uma demonstração do quanto a mobilização política à época, embora não restrita ao Brasil, estava no cerne das preocupações em realizar o trabalho educacional de base nestes movimentos.

É verdade que, neste bojo, as autoridades e o Estado propriamente também beneficiavam-se, em parte, desta mobilização. Não são poucos os autores especializados no estudo desses movimentos, tais como Beisiegel (1982), Favero (1983), Góes (1980), entre outros, que apontam o intercâmbio entre demandas estatais e movimentos no que tange tanto aos “recursos humanos” (professores e técnicos), quanto à estrutura utilizada (igrejas, associações de bairro, etc.). Por outro lado, os movimentos de cultura popular conseguiram, com isso, acesso a determinados bens sociais – para além da formação educacional – que, em virtude de terem sido obtidos por mediação política, deixaram em estado de alerta setores de alto escalão e/ou influência política que ficavam de fora dessas negociações, na maior parte por representarem a posição conservadora e avessa à participação política dos setores populares, o ficou evidente após o golpe militar de 1964.

3. A contribuição de outros

educadores

Uma breve análise dos principais *personagens* dos movimentos de cultura popular oferece uma noção da dimensão de sua inserção política. Moacir de Góes, por exemplo, foi Secretário de Educação no governo de Djalma Maranhão à prefeitura de Natal. Jarbas Maciel, Jomard de Brito e Aurenice Cardoso, todos membros do Movimento de Cultura Popular de Recife e responsáveis pelos principais materiais desse movimento (BRITO, 1983; CARDOSO, 1983; In: FAVERO, 1983), tinham estreita relação com Miguel Arraes, na época governador de Pernambuco. E, segundo Freitas (2001), o mesmo é verdade no que tange às principais lideranças dos demais movimentos.

A contribuição desses educadores, contudo, não se limitou à formação e atuação políticas. Eles cumpririam a difícil tarefa de sistematizar, de maneira sintética, as discussões dos círculos de cultura, a fim de criar os materiais didáticos e exemplares destinados ao estudo do processo pedagógico em curso, como pode-se perceber em muito do que ainda existe que fora produzido pelos movimentos. Como o currículo e o programa implementados não era feito apenas por profissionais, um número maior de questões eram abordadas e exigia-se maior nível de problematização na proposta a ser feita, onde o retorno e consequente discussão do programa também fazia parte comum do trabalho.

Estes esforços podem ser identificados, por exemplo, no artigo intitulado *Conscientização e alfabetização*, escrito por Freire (In FAVERO, 1983) com muitas menções ao trabalho de colegas educadores no MCP, que foi primeiramente publicado pela revista *Estudos Universitários*, também responsável por publicar outros materiais do movimento. Posteriormente, o ar-



tigo tornou-se, com ligeiras modificações, o terceiro capítulo de *Educação como prática de liberdade*, também escrito por Freire.

No tocante ao processo pedagógico, a estratégia para a conscientização adotada pelos referidos movimentos pode ser definida da seguinte forma: uma proposta que, simbolicamente, procura coadunar a aquisição de habilidades de leitura de mundo - aliado ao letramento formal, no caso da alfabetização - com a formação política. A exposição de Freire a respeito do trabalho desenvolvido dá clara noção da intercolaboração entre educadores e educandos, intelectuais e setores populares. Isso, é claro, não evitou - não tinha-se qualquer intenção de evitar - que lideranças influenciassem politicamente os estudantes. Não obstante, a penetração de ideias e leituras próprias dos alunos era constante, à medida que, fiéis ao preceito de não diretividade (FAVERO, 2006), textos, poemas, desenhos e outras produções de toda a sorte tiveram um importante papel em não só modificar a compreensão humanística de mundo dessas pessoas, mas em servir de arma para sua própria e gradual libertação da opressão social.

Aliás, embora Freire estivesse, desde quando escreveu *Educação e atualidade brasileira*, influenciado por teóricos da questão social e educacional que encontravam também guarida nas leituras desses movimentos, os educadores supracitados estavam, em certa medida, mais envolvidos com o trabalho de cultura popular do que o próprio Freire, que viria a aprender com essa experiência muito do que posteriormente defendeu em termos de teoria e metodologia da edu-

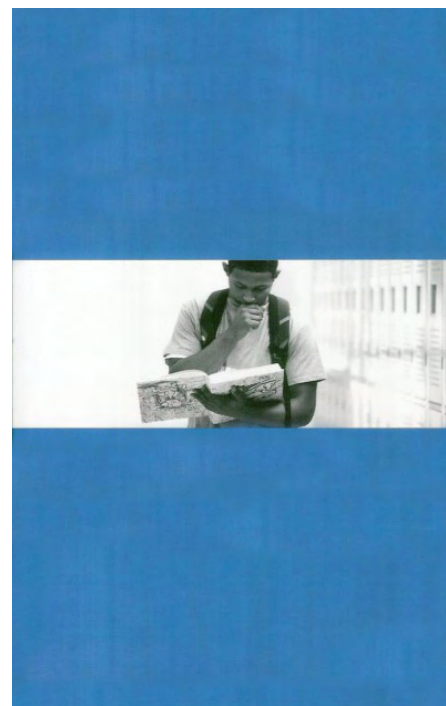
cação. De certa forma, pode-se dizer que foi Freire quem se viu impelido a fazer modificações mais significativas do que já vinha desenvolvendo uma vez iniciado esse novo trabalho, e não os movimentos de cultura popular.

4. Conclusão

Houve, sem dúvida, inestimável contribuição de Freire enquanto pensador e educador para que os movimentos alçassem vôos mais altos na trajetória de sua luta pela educação. Freire proporcionou a esses movimentos fundamentação teórica e metodológica para esse trabalho, o que ficou mais explícito depois da descontinuação, ou em alguns casos a radical e essencial modificação dos programas após o golpe militar. Enquanto comissário junto a diversas agências nacionais e internacionais, Freire lançou propriamente, na década de 1970, o que ficou conhecido por "educação popular" (ASSUMPÇÃO & BRANDÃO, 2006).

Pesquisando o material produzido por esses movimentos, percebe que, a investida das autoridades nacionais durante a ditadura militar de acabar com o que havia de vestígio dessa época e dessas iniciativas não só deixou alienada a população geral do que fizeram essas pessoas como também e em similar medida os mantém desconhecidos de professores, pesquisadores, estudante e demais trabalhadores da área de educação. Isso não só propagou e ainda hoje propaga a visão equivocada de que as noções basilares da educação popular são da autoria exclusiva de Paulo Freire - algo que ele próprio nunca afirmou - mas ofusca

a real extensão da influência dessas iniciativas oriundas de gente comum no âmbito político e educacional da época, reforçando implicitamente a visão preconceituosa - e, ao cabo, reacionária - de que os oprimidos são incapazes de criar alternativas políticas e de gestar seu destino enquanto sujeitos históricos.



Notas

1. O trabalho desenvolvido por Freire não era estruturado no modelo escolar. As funções de professor e escola foram ressignificadas nos termos "colaborador" e "círculo de cultura", respectivamente.

Bibliografia

- AÇÃO POPULAR. Cultura Popular. Documento 4/1963, Rio de Janeiro, documento mimeografado. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação como Cultura. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.
- AP/Cultura Popular. In: FAVERO, Osmar. Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ASSUMPÇÃO, Raiane; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cultura Rebelde: escritos sobre a Educação Popular ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2006.
- BARBU, Zevedei. Democracy and Dictatorship. London, Routledge, 1998.
- BARREIRO, Júlio. Educação Popular e Conscientização. São Paulo: Vozes, 1980. Trad. Carlos Rodrigues Brandão.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Estado e Educação Popular: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.
- _____. Política e Educação Popular: a teoria e prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Ática, 1982.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação como Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. O que é o Método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRITO, Jomard Muniz de. Educação de Adultos e unificação da cultura. In: FAVERO, Osmar. Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARDOSO, Aurenice. Conscientização e alfabetização: uma visão prática do Sistema Paulo Freire. In: FAVERO, Osmar. Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CORBISIER, Roland. Formação e problema da cultura brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.
- COSTA, Bruno. Conscientização e Sociedade em Paulo Freire: da "Educação como prática de liberdade" à "Pedagogia do Oprimido". Campinas: Unicamp, 2010. (Dissertação de Mestrado).
- CPC de Belo Horizonte/O que é Cultura Popular. In: FAVERO, Osmar. Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CPC da UNE/Manifesto de 1962. In: FAVERO, Osmar. Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DE KADT, Emanuel. Católicos Radicais no Brasil., João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.
- FAVERO, Osmar. Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FREIRE, Paulo. Conscientização e alfabetização In: FAVERO, Osmar. Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- _____. Conscientização – teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.
- _____. Educação e Atualidade Brasileira. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2003.
- _____. Educação como Prática de Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. Extensão ou Comunicação?. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____. Pedagogia da Esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- _____. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- GÓES, Moacyr de. Dé Pé no Chão Também se Aprende a Ler. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. A Redução Sociológica. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.
- LANDIM FILHO, Raul. Educação e Conscientização. In: FAVERO, Osmar. Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- MANNHEIM, Karl. Diagnóstico do Nosso Tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARTINS, Carlos Estevam. A Questão da Cultura Popular. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.
- MCP. Livro de Leitura para Adultos. 1962.
- MCP/Plano de Ação para 1963. In: FAVERO, Osmar. Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- MEB/Animação Popular. In: FAVERO, Osmar. Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- MEB/Cultura Popular: notas para estudo. In: FAVERO, Osmar. Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- MEB-Goiás/Relatório do II Encontro de Animação Popular. In: FAVERO, Osmar. Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- PAIVA, Vanilda. Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo: Loyola, 1987.
- _____. Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- SANTOS, Maria José. Visão do trabalho educativo. In: FAVERO, Osmar. Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- SCOCUGLIA, Afonso C. A História das Idéias de Paulo Freire e a Atual Crise dos Paradigmas. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2006.
- _____. Educação Popular: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da Ditadura. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2001.
- VAZ, Henrique de Lima, S.J. Cristianismo e consciência histórica. São Paulo, JUC. Republicação para uso interno, do ensaio publicado em Síntese Política, Econômica e Social. Rio de Janeiro, IBASE, n. 9-10, 1963.
- VIEIRA PINTO, Álvaro Vieira. Ideologia e desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1956.